



**CAMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**LEI 5.207/2014**

**Dispõe sobre a proibição de jogar lixo de qualquer espécie em área não destinada a depósito ou coleta e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA:** Faço saber que a Câmara aprovou, o Prefeito sancionou nos termos do art. 57, § 1º da Lei Orgânica do Município de Cariacica e eu, Presidente da Câmara, nos termos do art. 30 inc. VI do Regimento Interno **PROMULGO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica proibido a qualquer cidadão depositar lixo de qualquer natureza em via pública, em pontos viciados ou em lugar de uso comum, excetuando as áreas destinadas ao depósito ou à coleta de lixo, observados dias e horários de coleta estabelecidos pelo órgão competente.

**§ 1º** Os estabelecimentos comerciais, bares, hotéis e similares deverão acondicionar o lixo em recipientes fechados, não podendo ficar fora dos horários de coleta nos passeios públicos, principalmente na área central.

**§ 2º** Serão considerados como lixo os resíduos de fábricas e oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos de árvores, que devem ser removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

**§ 3º** Estes resíduos poderão, no entanto, ser removidos pela municipalidade, mediante pagamento de taxa própria.

**Art. 2º** O descumprimento das disposições contidas no art. 1º desta Lei acarretará ao infrator as seguintes sanções:

I – advertência, quando da primeira infração;

II – na reincidência, multa de 25 (vinte e cinco) UFIR, cuja destinação será à Secretaria de Serviços Urbanos e Trânsito.

**Parágrafo único.** A fiscalização do cumprimento de que trata o artigo 1º desta Lei, ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, como também, os cidadãos do município poderão encaminhar denúncias à referida Secretaria.

**Art. 3º** A fiscalização efetivar-se-á após ampla divulgação pelo Poder Executivo, através de meios midiáticos, distribuição de panfletos, e outras estratégias que lhe aprover, objetivando a conscientização e educação dos munícipes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor no prazo de (90) noventa dias após a sua publicação.

Plenário Vicente Santório Fantini, 17 de março de 2014.

**MARCOS BRUNO BASTOS**  
Presidente